

**NEGRA, ACADÊMICA, INTELECTUAL: NOTAS DE UMA PROFESSORA NEGRA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

Entrevistada: Fabiana Schleumer¹
Entrevistador: Matheus de Sena Monteiro²

1) Qual é a sua percepção sobre a presença de professoras negras no ensino superior durante sua trajetória estudantil e profissional? Há professoras negras em sua universidade?

No início da década de 1990, quando ingressei no curso de História da Universidade de São Paulo (USP), não havia professoras negras na FFLCH³. O corpo docente era composto quase que exclusivamente por professores e professoras brancas. No Departamento de História, o único professor negro era o Dr. Wilson do Nascimento Barbosa e, no Departamento de Antropologia, o Dr. Kabenguele Munanga. Na minha trajetória na graduação e na pós-graduação, tive a satisfação de ser aluna de ambos e com eles adquiri conhecimentos valiosos sobre África, racismo, preconceito e discriminação.

No entanto, eles simbolizavam vozes, corpos e experiências masculinas. Estavam distantes das lutas e desafios enfrentados pelas mulheres. Em outras palavras, havia uma “representação” parcial protagonizada por professores homens e negros.

Além da ausência de professoras negras, o número de alunas negras era muito baixo no Departamento de História. Nos tempos da graduação,

¹ Professora de História da África no Departamento de História da EFLCH/UNIFESP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4278276689410882>. E-mail: schleumer@uol.com.br.

² Graduando em História pela UNIFESP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3685137827752587>. E-mail: monteiro26@unifesp.br.

³ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

além de mim, havia a Ana Lúcia e a Patrícia; na pós-graduação, Rosemary e eu.

Felizmente, nos últimos anos, nossa presença está crescendo de modo significativo no ensino superior público. Recentemente, participei de uma banca de defesa de TCC apresentado por uma aluna negra – Julia, vinculada ao Departamento de História, mas sob a orientação da Profa. Dra. Izilda Johanson, do Departamento de Filosofia – e na qual foi possível reunir duas professoras negras, ambas docentes da Unifesp.

Pela primeira vez, em mais de vinte anos no exercício do magistério superior, eu vi uma aluna negra defender um TCC sobre mulheres negras, diante de uma banca composta exclusivamente por professoras negras. Lembrei-me dos meus tempos de graduação, quando tal cenário era impossível.

Para além da FFLCH, é digno de nota o trabalho e os desafios enfrentados pela professora doutora Eunice Prudente, docente aposentada da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e, atualmente, secretária de Justiça da Prefeitura Municipal da cidade. Dra. Eunice é a primeira e única mulher negra professora no curso de Direito do Largo de São Francisco. Com seu empenho e dedicação, entre outras qualidades, vem abrindo portas para que outras mulheres negras possam ascender a cargos de gestão na esfera pública da capital.

Ainda no âmbito do ensino superior público paulista, gostaria de destacar a atuação das professoras doutoras Petronilha Gonçalves e Silva, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e Sônia Guimarães, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Esta foi a primeira mulher negra doutora em Física e a primeira mulher negra a lecionar no ITA. No campo da História, destaco ainda a contribuição acadêmica e a atuação política da Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto, docente da Universidade de Brasília (UnB). E não é possível falar sobre mulheres negras sem sublinhar a importância de Sueli

Carneiro, que dispensa apresentações, Lélia Gonzales (1935-1994), que foi professora da PUC-RJ, e Djamila Ribeiro, egressa da Unifesp.

Vale a pena ressaltar a produção de estudos acadêmicos sobre a trajetória das professoras negras. Os trabalhos da Profa. Dra. Joselina da Silva, docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por exemplo, propõem questões e trazem informações importantes sobre as experiências de atuação e o fazer científico das docentes negras. Tatiana Flores de Quadros, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), aponta que a trajetória das professoras negras, ou seja, as experiências de vida dessas mulheres fazem com que elas sejam relegadas, percebidas como as “outras”, levando a um distanciamento do corpo docente. Tal situação evidencia que o preconceito e a discriminação em relação aos negros e negras não é somente uma questão de fenótipo, mas também questão de classe social.⁴

Com relação à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), conheci e ouvi falar sobre mulheres negras que atuam como docentes em quase todos os campi da universidade. Algumas, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão se dedicam a cargos de gestão.

Em 2020, eu assumi a chefia do Departamento de História e, até onde sei, fui a primeira mulher negra a ocupar a posição de chefe de departamento na EFLCH⁵. Entre 2021 e 2022, atuei como Pró-Reitora Adjunta de Extensão e Cultura na ProEC – Unifesp. Atualmente, sou Coordenadora do curso de Especialização ‘As Áfricas e suas Diásporas’, uma parceria entre a Unifesp e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) para oferta de cursos financiados pela Capes para professores da rede pública de ensino. O campus Guarulhos conta ainda com a primeira vice-diretora negra da

⁴ Repositório ufsm.br/handle/1/7228

⁵ Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Unifesp, Profa. Dra. Sandra Regina Leite de Campos, do Departamento de Letras.

Quando olhamos para outras universidades, constatamos avanços ainda mais significativos. Em 2013, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) elegeu a primeira reitora negra do Brasil, Profa. Dra. Nilma Lino Gomes. Em 2021, a Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste, (UEZO), Rio de Janeiro, elegeu mais uma reitora negra, a Profa. Dra. Luana Moraes. Em 2022, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) reconduziu ao cargo de reitora a Profa. Dra. Joana Angélica Guimarães da Luz.

Em outras palavras, apesar da predominância do racismo que exclui as professoras negras dos espaços decisórios, estamos conquistando avanços consideráveis, ainda que de modo tímido e gradativo.

2) Como a senhora enxerga as construções das narrativas históricas que possuem como protagonistas/agentes históricos as mulheres negras, tanto na produção acadêmica quanto na representação documental?

Essa questão traz uma discussão visceral e propõe reflexões sobre as representações das mulheres negras nas fontes e na historiografia. Por muito tempo, predominou na história do Brasil a ideia das mulheres negras vinculadas a maternidade ou sexualidade exacerbada, trabalhadoras domésticas, submissas e iletradas.

Grosso modo, o protagonismo negro feminino presente nas narrativas históricas é fruto de um conjunto de fatores, entre eles, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, o processo de Independência dos países africanos, a ascensão dos movimentos negros, a inserção de professoras negras no ambiente acadêmico, os feminismos negros e as mudanças historiográficas ocorridas a partir da década de 1970. Aliás, estas últimas

permitiram o rompimento com uma história factual, masculina, heterossexual, branca e escrita pelas classes dominantes. A partir de então, houve a inserção de novos temas, novos objetos e novas abordagens na historiografia, o que permitiu a releitura das fontes e uma compreensão mais alargada dos acontecimentos históricos.

O historiador parou de olhar “de cima do navio” e se aproximou das mulheres negras, procurando compreendê-las na sua subjetividade, resgatando sua contribuição como líderes quilombolas, guerreiras, “feiticeiras”, membras de associações religiosas, revolucionárias, enfim, protagonistas históricas, agentes nas sociedades em que viviam.

Todavia, considero essencial o aprimoramento dos referenciais teóricos e das perspectivas metodológicas utilizadas para análise documental e reconstrução das trajetórias de vida e experiências das mulheres negras. Estas histórias são importantes porque são nossas histórias, elas nos fazem existir!

3)Quais foram os desafios que a senhora enfrentou ao longo de toda sua trajetória? O que tem a dizer para as novas gerações?

Eu sou uma mulher negra e isto significa que, aonde quer que eu vá, serei vista e percebida como tal. Das instituições brasileiras às estrangeiras, eu serei tratada de forma diferenciada. Sou filha de uma mãe trabalhadora que estudou até a quarta série. Fui criada por uma avó analfabeta e portadora de deficiência física. Cresci num município pobre da Grande São Paulo, onde a maioria das meninas negras tornam-se mães na puberdade e deixam os estudos antes do término do ensino fundamental. Estudei em escola pública. Em outras palavras, o preconceito e a discriminação fazem parte da minha vida. A cada dia, um novo desafio.

Entre as minhas leituras, estão os trabalhos do historiador norte-americano George Andrews. No livro ‘América Afro-latina`, ele diz que, na

década de 1950, a diretora de um colégio feminino conceituado afirmou: “Exigimos mais de uma preta que de uma branca, para que a aceitemos. A situação é muito delicada e uma garota de cor, para ser respeitada, deve ser superior a uma branca nas mesmas condições”.

Considero que a fala da diretora dispensa comentários, ao mesmo tempo em que aponta indícios históricos que nos ajudam a entender por que as mulheres brancas ocupam as melhores posições e recebem os melhores salários. Por conta disso, eu gostaria de dizer às novas gerações que é preciso estudar cada vez mais, recomeçar sempre e organizar-se de modo a combater a discriminação social, racial e de gênero que insistem em excluir as mulheres negras – sejam elas professoras ou não – dos espaços de ensino e aprendizagem, ação e decisão.

Quando eu era criança, a única jornalista negra era a Glória Maria. Hoje, quando ligo a TV, vejo um número significativo de repórteres negros e negras na Rede Globo e em outros canais brasileiros. Nós avançamos, mas ainda há muito a ser feito.

No âmbito acadêmico, eu considero urgente a revisão do conceito de racismo, haja vista as transformações sociais ocorridas nos últimos séculos. A compreensão do conceito a partir das ideologias do século XIX mascaram novas e velhas formas de exclusão. A sociedade pós-moderna reelaborou as relações de trabalho e de convívio humano, adotando mecanismos diferenciados de discriminação. A meu ver, não faz sentido buscar equalizar a sociedade e combater o racismo com base em um conceito que demanda novas discussões. Para início do debate, eu sugiro a leitura do livro *‘Blood and Boundaries: the limits of Religious and Racial Exclusion in Early Modern Latin America’*, do historiador norte-americano Stuart Schwartz.

Além disso, é necessária a implementação de cotas raciais nos cargos públicos e privados. No Brasil do século XXI, ainda é possível a identificação de práticas sociais derivadas do coronelismo.

Para finalizar, a fim de sublinhar a importância do processo de releitura das fontes e de construção de novas narrativas sobre as experiências das mulheres negras, eu ousou reinventar um provérbio ibó: *“Até que as leoas tenham suas próprias historiadoras, as histórias da caça sempre glorificarão a caçadora”*.